Ata n.º 24/2020

Reunião de Câmara realizada no dia 27 de novembro de 2020

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila da Lousã, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Rui Daniel Colaço Lopes, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Ana Maria Conceição Ferreira e Orlando António Lopes Ferreira. ----------

---

Às dezasseis horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. ----------

---

1 - Ordem do Dia ----------

1.1 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara: ----------

1.1.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano 2021. ----------

O Senhor Presidente questionou os membros do executivo se pretendiam fazer alguma intervenção ou se pretendiam obter informação de contextualização sobre o assunto. O Senhor Presidente começou por referir que este ano se tentou disponibilizar a informação com a maior antecedência possível e com uma maior clareza, do ponto de vista da nomenclatura, estruturação da informação e informação escrita, mas que estaria disponível para prestar os esclarecimentos entendidos necessários. Referiu ainda, antes de se passar à fase de discussão, apreciação e votação, que gostaria de salientar o trabalho da estrutura na sua totalidade, mas em particular da Divião Financeira, atendendo à complexidade da elaboração dos documentos em questão, nomeadamente, no presente ano, em que existem regras diferentes e novas exigências decorrentes da entrada em vigor do novo sistema contabilístico (SNC-AP). Destacou que há todo um trabalho técnico

de estruturação, de elaboração e de tratamento de informação, que é necessário ter em conta e reconhecer o trabalho que foi desenvolvido e que permitiu a disponibilização da documentação há uma semana. O Senhor Presidente referiu querer dar essa palavra de reconhecimento à Divisão Financeira, identificando a "*Senhora Chefe de Divisão, que está aqui hoje*", mas também todos os técnicos e da estrutura envolvidos. De seguida, e a propósito de todos os documentos aprovados na presente reunião, nomeadamente os regulamentos novos e propostas de alteração, agradeceu o trabalho de todos os envolvidos dos vários serviços da Câmara, designadamente o urbanismo e serviços administrativos da Câmara Municipal, nomeadamente no que tem a ver com as taxas e preços municipais e também de outros setores e reconhecer que "*nestes últimos meses, especialmente desde o mês de março, foi possível dar uma intensidade ao trabalho que permite que hoje, dia vinte e sete de novembro, consigamos trazer este conjunto de documentos à Câmara e submetê-los à Assembleia.*" O Senhor Presidente referiu já ter feito referência, mas não de forma tão objetiva, de que, apesar de algum trabalho já ter sido iniciado anteriormente, apenas agora, neste período, de plena pandemia, foi possível dar-lhe "*um andamento mais efetivo*", o que está a permitir que estes assuntos sejam aprovados na reunião de Câmara e que sejam apreciados e votados na sessão de dezembro da Assembleia Municipal. ----------

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** tomou a palavra para dizer que, relativamente ao orçamento em discussão, para o ano dois mil e vinte e um, pretendia deixar expresso que não podia concordar com as taxas aplicadas no IMI para o ano dois mil e vinte e um e que o nível de taxas em impostos diretos estavam a castigar em demasia os lousanenses. Mais referiu, que estes impostos se traduzem sensivelmente em cerca de vinte por cento da receita total da autarquia e que se perspetiva uma cobrança de três milhões, trezentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e quatro euros, para dois mil e vinte um, traduzindo-se esta perspetiva num aumento da receita de cerca de trezentos e cinquenta mil euros com referência a dois mil e dezanove, já que, em dois mil e dezanove *"tivemos à volta dos três milhões e cinquenta e cinco e em dois mil e vinte três milhões cento e quarenta"*, pelo que afirmou "*temos aqui um incremento na ordem de cento e cinquenta mil euros por ano, em impostos diretos*". O Senhor Vereador referiu que

se perspetiva que o IMI irá totalizar um milhão, novecentos e cinquenta mil euros de receita em dois mil e vinte e um, a derrama quinhentos e noventa mil euros, IUC e IMT cerca de quatrocentos e vinte mil euros, cada. Referiu ainda que, embora não se trate de um imposto direto, será também transferido para a autarquia cerca de meio milhão de euros, referentes à taxa variável de IRS, pago pelos lousanenses, pelo que, nas palavras do Senhor Vereador "*podemos assim concluir que os lousanenses só em IMI e IRS irão contribuir com cerca de dois vírgula cinco milhões de euros para este orçamento*" e que "*se a este valor somarmos o valor do IUC, vamos atingir praticamente três milhões de euros de impostos pagos anualmente só pelos nossos contribuintes lousanenses direta ou indiretamente à autarquia*". O Senhor Vereador referiu que "*daí todos os anos defender que a revisão das taxas de IMI praticadas no nosso concelho devia ser e merecer uma atenção especial*" pois, não bastando a carga fiscal já aplicada pelo município e pelo governo, "*levam agora com um incremento adicional no que respeita ao custo da água, com a passagem da gestão deste serviço para a APIN.*" O Senhor Vereador continuou referindo que, analisados os números com alguma atenção, se conseguia perceber que a receita fiscal proveniente dos impostos diretos tem vindo, nos três últimos orçamentos, a aumentar, em cerca de cinco por cento. Disse pensar que é chegada a altura de retribuir parte deste acréscimo de receita, diminuindo a taxa do IMI. Referiu ainda saber que o Senhor Presidente "*está sensível a este facto*" e "*estar com intenção de agir neste campo*", tendo-lhe garantido que em curto prazo iria avaliar da melhor forma a questão fiscal no concelho. O Senhor Vereador Victor Carvalho referiu ainda que o Senhor Presidente da Câmara poderia contar consigo para avaliar e aprovar uma reforma fiscal que se traduza em benefício para todos os munícipes. Na ótica da despesa o Senhor Vereador referiu que, para si, o que o orçamento demonstrava não era despesa, mas sim, em grande parte, investimento e não poder deixar de evidenciar um conjunto de obras significativas e de grande importância para o concelho, realçando o Centro Municipal de Proteção Civil, o investimento na Escola Secundária da Lousã, a continuação da reabilitação do Cine-Teatro e as várias intervenções na rede viária e arruamentos do concelho. Referiu ainda não poder deixar de notar que este é um orçamento feito em época de pandemia, não se

sabendo o se esperar do próximo ano, mas que ainda assim, reconhece que é um orçamento ambicioso, com investimentos importantes e deseja que a sua execução "*atinja também níveis elevados*", mas que, contudo, "*atendendo à sua relevância no bolso dos munícipes, em termos de impostos diretos e indiretos e aos tempos em que vivemos de acentuada incerteza, crise e desemprego, não terá condições de o aprovar*". O Senhor Vereador referiu que, embora entenda que o Senhor Presidente está sensível à questão fiscal, "*este ano, este orçamento, pela questão fiscal, que considero exagerada, dada a conjetura geral em que vimemos, irei chumbar o orçamento.*" ----------

O **Senhor Vereador Rui Lopes** tomou a palavra para dizer estarem numa das reuniões mais importantes, no exercício autárquico, aquela onde "*balizamos e damos a conhecer as diretrizes e linhas prioritárias para o ano seguinte e seguintes*". Referiu também que esta é por norma, e segundo a tradição no município da Lousã e nos outros municípios do país, o *"exercício divergente entre quem está no poder e quem está na oposição*". O Senhor Vereador referiu que por mais que sejam os pontos de vista e argumentos, são muito raras as exceções onde oposição e poder estejam em sintonia. Referiu ainda que o importante é ter consciência do trabalho e "*daquilo que realizamos*", havendo sempre espaço para outras opções, porque o que pode haver são mesmo opções, tendo em conta que a gestão de uma autarquia não está dependente de receitas extraordinárias, e que, não havendo esse tipo de consignações, a gestão tem que ser feita com dados reais e com o que se tem consciência ou certeza que se vai receber, e daí a dificuldade do se fazer um exercício rigoroso e não avançarmos pela metodologia prática nacional no passado em que "*se iam fazendo uns orçamentos e depois se via se o dinheiro aparece ou não aparece*". O Senhor Vereador referiu que este é um exercício difícil, e que "*aquilo que nos comprometemos com os lousanenses, continua patente neste orçamento*". O Senhor Vereador afirmou que "*continuamos a defender as pessoas, continuamos a pôr as pessoas e as suas necessidades na primeira linha de atuação e na primeira prioridade*" e acrescentou que "*não podia deixar de ser assim, porque foi este o compromisso, foi esta a palavra que demos às pessoas*". Referiu ainda que, aliviar seria sempre bom, que todos eram munícipes e que todos pagavam impostos, mas que entendia que entre o exercício

do deve o do haver e o reflexo direto que tem em cada munícipe o efeito de uma redução, neste momento, em face de tudo o que se está a viver e em face de tudo o que se está a passar, principalmente da incerteza, considerava ser muito prudente, particularmente para o exercício do próximo ano, a proposta apresentada. ----------

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** usou da palavra para transmitir que o Senhor Vereador Victor Carvalho tinha acabado por fazer a defesa que todos os que lerem atentamente o documento, acabariam por fazer. Referiu que o Senhor Vereador tinha chamado ao documento um "*documento ambicioso*", "*um orçamento para bem dos lousanenses, a vários níveis*". Afirmou ainda que, "*a concretização deste orçamento não se faz sem dinheiro*" e "*para bem dos lousanenses é necessário que haja este tipo de investimento*", como foi assumido pelo próprio Vereador Victor Carvalho. O Senhor Vereador referiu não poder deixar de salientar a dualidade de visão entre os dois cenários apresentados pelo Vereador Victor Carvalho, que não são compatíveis com uma gestão coerente e responsável da causa pública. Em relação ao documento em si, o Senhor Vereador referiu querer relevar um conjunto de objetivos que não são apenas deste orçamento, mas a continuação da política da autarquia local, mencionando a questão do ambiente e transição climática, a defesa da floresta contra incêndios, a defesa a vários níveis da proteção e luta contra incêndios, que afirmou serem projetos estruturantes, nomeadamente a nível intermunicipal nos quais o Município está envolvido, com compromissos de verba e que seria "*inconsciente da nossa parte não continuarmos essa rota e esse rumo*" que tem trazido tanto bem para a Lousã. O Senhor Vereador Ricardo Fernandes concluiu, referindo que subscreve as palavras proferidas pelo Senhor Presidente, relativamente ao trabalho desenvolvido pela parte técnica que "*nos apresenta um documento bem estruturado que podemos todos apreciar a vários níveis*". ----------

A **Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira,** referiu que "*complementando o que foi dito pelos meus colegas de executivo*" não podia deixar de realçar que "*neste exercício entre o deve e o haver, o que nos preocupa também é saber se o que estamos a construir para os munícipes e para as pessoas, corresponde ao esforço que todos temos que fazer enquanto cidadãos, naquilo que nos é solicitado*". A

Senhora Vereadora continuou realçando que, "*apesar do momento difícil que vivemos e de todo o que tem sido este percurso, e este ano, o que este orçamento nos mostra é um reforço, isto é, não se limita a ficar pelo que já fazia, mas ainda reforça rubricas que estão nas funções sociais*". Prosseguiu, salientado, que se priorizaram projetos que se entende serem fundamentais e estruturantes para aquilo que é o desenvolvimento de uma sociedade equilibrada e que "*nestas alturas poderia acontecer ficaram mais esquecidos, pois são imateriais, e não se veem*". Destacou, na educação, todo o investimento no parque escolar e na modernização dos equipamentos nas escolas e na criação das bolsas ao ensino superior, como uma nova resposta às famílias. Na ação social referenciou o investimento claro "*nas equipas de igualdade, na proteção da vítima*", afirmando serem investimentos que vão diretamente para as pessoas, para as famílias e ainda as respostas de apoio à natalidade. Realçou o investimento a realizar na cultura, por se entender que, neste momento e na crise que atravessamos, apesar de ser "*o parente pobre, o que fica para trás*", o município revela um esforço e um investimento importante, quer em equipamentos, quer em projetos, quer em dinâmicas, que não deixam que aquilo que é uma das características da Lousã, o seu dinamismo cultural e associativo, se perca, salientando ainda o investimento no desporto, no recreio, no lazer e no turismo, que referiu estarem associados a esta dinâmica. A Senhora Vereadora concluiu reforçando a ideia de que estes documentos têm associado um peso e valor enormes nas funções sociais, que são respostas diretas às pessoas e às famílias. ----------

O **Senhor Vereador Orlando Ferreira** iniciou a sua intervenção, referindo fazer suas as palavras dos colegas vereadores da maioria. Mais referiu que é muito fácil dizer que se está contra a cobrança de impostos e exigir ao executivo "*obra feita*", mas sem explicar como é que tal é conseguido. Prosseguiu dizendo que é "*agradável*" dizer que não se concorda com a cobrança de impostos, mas que se tem que ser correto e fazer trabalho, sem que para isso se tenham os meios financeiros necessários. O Senhor Vereador salientou ainda o facto de o orçamento ter um incremento na área da juventude de cinco por cento relativamente aos valores do ano anterior, que estava explicito em centros de custo diretos e indiretos, o que

reforça a visão do executivo para o trabalho com as associações juvenis e com os jovens. ----------

A **Senhora Vereadora Ana Ferreira** interveio afirmando, de forma pragmática, que de facto este era um orçamento equilibrado já que, por um lado, o município tinha muitos projetos estruturantes, que revelavam maior investimento em grandes obras nas mais diversas áreas, desde a cultura à educação e, por outro, existia a questão do apoio social e a colocação das pessoas em primeiro lugar, que é uma das caraterísticas deste executivo e do projeto do Senhor Presidente. Prosseguiu, referindo estar "*aqui bem vincado que nós honramos os nossos compromissos*" e que se orgulha imenso de haver uma gestão coerente, e que houve sempre, desde o início, a preocupação de apresentar um orçamento ambicioso, mas também extremamente equilibrado e coerente e que, por isso, se revia totalmente neste orçamento. Afirmou também que *"todos nós queríamos melhor"* e dar ainda mais do está explanado, mas que os recursos são finitos e, por isso, julga que este é o melhor documento, ou o possível, em termos de números e de gestão equilibrada, não esquecendo nunca as pessoas. Concluiu, reforçando que a importância que é dada às pessoas está vincada em todo o orçamento, e que tem sido, desde o início, o que melhor caracterizado este executivo. ----------

O **Senhor Presidente da Câmara** retomou a palavra para referir que o orçamento apresentado era o último deste mandato e que era um orçamento que vinha ao encontro de um compromisso assumido em dois mil e dezassete. Continuou reiterando que vivemos atualmente uma situação complexa, difícil, que nos coloca várias questões, nomeadamente sobre a incerteza em várias ou todas as dimensões da vida individual e coletiva e ser, segundo alguns, a situação mais grave no nosso "*previsível prazo de vida*". Referiu ainda que "*este mandato, para além de todas as contingências da gestão autárquica, tem sido um mandato altamente desafiante*", pois em dois mil e dezassete começaram o mandato com os incêndios, em dois mil e dezoito os episódios e os impactos decorrentes do Leslie, em dois mil e dezanove ocorreu a depressão Elsa, com todos os impactos diretos e indiretos causados, e que, neste momento, se está a viver a situação pandémica, que teve com inicio em março de dois mil e vinte em Portugal, mas que tem uma indefinição no *términus*, e que muitos intitulam como a situação mais difícil das nossas vidas.

Relativamente à intervenção do Senhor Vereador Victor Carvalho, o Senhor Presidente referiu compreender o posicionamento político que está a ter, e que vão tendo as diversas forças políticas, no que respeita à opção do município da Lousã, quanto à fixação das percentagens de participação nos impostos, que está *"um bocadinho ao contrário da prática que vai sendo conhecida em outros municípios"*, e que o município da Lousã está em "*contracorrente*" face a outros municípios, que estão a levar a efeito um desagravamento da política fiscal. Salientou, no entanto, que é importante fazer esta análise de uma forma mais detalhada e cuidada, porquanto aquilo que se olha mais é a questão do IMI, mas que se deveria olhar esta questão como um todo: para aquela que é a fixação das taxas relativamente ao IMI e ao IRS, relativamente aos cidadãos, e também a componente da derrama relativamente ao tecido económico. Nesse sentido, o Senhor Presidente referiu que, indo ao encontro do que é veiculado por vários especialistas em matéria de política fiscal, entende que deve haver estabilidade e previsibilidade, não só para a gestão autárquica, tendo em consideração o peso dos impostos nas receitas próprias, mas também para a vida das pessoas. Acrescentou ainda que os apoios para situações extraordinárias devem ser concedidas com recurso a medidas extraordinárias e, dado que a questão fiscal deve revestir estabilidade e previsibilidade, não deve ser a forma prioritária de resposta a essas situações extraordinárias. Continuou referindo que, neste momento, sabe que o "*nosso posicionamento está um pouco desfasado ou ao contrário daquela que é a tendência maioritária dos municípios*" e que *"entendemos assumi-lo, até porque, e é importante que tenham em conta, que, relativamente ao IMI, o município da Lousã, em dois mil e treze, alterou de forma substantiva o seu posicionamento que já vinha de há longos anos, que era de fixação da taxa máxima.*" O Senhor Presidente afirmou que em dois mil e treze o município manteve a mesma taxa, que até aí era a máxima, e que passou a intermédia, tendo-se abdicado de uma receita bastante significativa que disse poder mensurar e ter os dados que lhe permitem dar nota daquilo que o município da Lousã abdicou desde dois mil e treze, até hoje. O Senhor Presidente referiu ainda ser também importante ter em conta que, em dois mil e dezasseis, o município decidiu diminuir a participação de IRS, de cinco para quatro por cento, abdicando também de um valor significativo

em cada um dos anos desde então até hoje, tendo também aqui condições para detalhar o valor, caso seja necessário. Mais referiu que "*ainda hoje há municípios que fazem a redução da taxa de IMI, mas não têm IMI familiar e que o município da Lousã foi um dos primeiros a implementar esta possibilidade.*" O Senhor Presidente afirmou, relativamente a uma eventual redução das taxas de IMI que, "*sim, sabemos, até porque também somos contribuintes, que poderia ser simpático*", mas, por outro lado, também tem que se ter noção que é preciso ter meios para fazer face aos investimentos e para desencadear os projetos e as ações que são necessárias, e também entende que aquilo que está no orçamento tem bem presente o carácter redistributivo bastante importante, em que, para além do investimento propriamente dito, tem patente o reforço das funções sociais e do investimento nas pessoas, que já foi referenciado anteriormente. O Senhor Presidente referiu, ainda, ter sido nesse sentido, e conforme também conversas tidas com o Senhor Vereador Victor Carvalho, que foi decidido contratar uma entidade externa para analisar a política fiscal do município, no sentido de avaliar, clara e objetivamente, se há ou não possibilidade de haver alteração do posicionamento, e existindo, de que forma, tendo sempre presente a premissa de salvaguarda do equilíbrio, da sustentabilidade e da saúde financeira do município, relativamente a um período de médio/longo prazos, porque entende que estas situações deviam ser vistas com um horizonte temporal mais longo e não só no imediato ou no curto prazo. O Senhor Presidente referiu também já ter ficado expresso que o orçamento revela compromisso, mas também continuidade na prossecução de projetos, particularmente a continuidade do investimento nas pessoas, no investimento social, nunca esquecendo este caráter de estabilidade e de equilíbrio entre os meios para realizar os objetivos e a ambição que entende estar presente, atendendo à transversalidade do mesmo. Das intervenções anteriores, referiu que uns vereadores tinham referido mais a juventude, outros a proteção civil e ambiente e outros a educação, a cultura e as questões sociais e outros a questão da componente da receita e das receitas próprias e a estabilidade e os compromissos assumidos, mas que diria que o orçamento tem um duplo efeito que era o que se pretendia "*para o momento que vivemos*", que é um efeito conjuntural de resposta à situação que se vive e aos desafios que a pandemia

coloca, desde logo, controlá-la, colaborar e implementar medidas que permitam mitigar os riscos e os danos e, ao mesmo tempo, contribuir para a recuperação do concelho relativamente às consequências que a pandemia gera e, simultaneamente, continuar a concretizar de forma expressiva o projeto de desenvolvimento estratégico do concelho, na perspetiva de cuidar do futuro, "*ainda que o recuperar dos danos também tenha uma componente já mais estrutural e um contributo para esse cuidar do futuro.*" O Senhor Presidente referiu ainda ser nesta perspetiva que o documento é apresentado, relevando os grandes projetos já indicados que necessitam de meios para serem concretizados, em que, apesar de muitos deles terem fundos comunitários associados, há que atender à componente do autofinanciamento, através das receitas própria. O Senhor Presidente referiu ainda ser importante partilhar três ou quatro dados mais concretos que constituem novidade e quais as repercussões financeiras que as mesmas geram. Em primeiro lugar, realçou que em dois mil e vinte e um será iniciado o projeto da Escola Secundária da Lousã, que é um projeto de dois milhões, duzentos e cinquenta mil euros, que terão expressão em dois anos, do qual caberá ao município um financiamento de sete e meio por cento (cerca de cento e sessenta e nove mil euros). Realçou ainda a execução do Jardim de Infância do Freixo, os novos programas de bolsas ao ensino superior e o apoio à natalidade, este último que disse dar "*concretização plena a uma questão que vinha sendo apresentada*" e uma outra situação que afirmou ir entrar em funcionamento no próximo ano que referiu ter a ver com a necessidade da cuidados de proximidade, de evitar deslocações, e fomentar a permanência de pessoas na sua habitação, que é a entrada em funcionamento no concelho da unidade móvel de saúde. Referiu também o centro municipal de proteção civil, uma nova viatura para combate a incêndios rurais para os bombeiros municipais da Lousã, uma nova ambulância para os bombeiros voluntários de Serpins, a entrada em funcionamento do Ecocentro, sobre o qual informou haver ainda um conjunto de investimentos inerente à sua entrada em funcionamento e as despesas associadas ao funcionamento corrente, o investimento adicional para complementar o centro de recolha animal oficial, para assim promover a sua abertura de forma mais completa, uma perspetiva de intervenção nas linhas de água do concelho e, nomeadamente na recuperação de

infraestruturas, a rede urbana de ciclovias que terá expressão no próximo ano, com duas empreitadas, complementando as intervenções de regeneração urbana, indo ao encontro daquele que disse ser um dos desígnios do pais para os próximos anos, naquilo que é a mobilidade urbana sustentável, a descarbonização, contribuindo para a transição climática. Salientou ainda a estratégia local de habitação, como um novo projeto que já vinha sendo trabalhado, mas que no ano dois mil e vinte e um terá uma expressão diferente, enquadrada na estratégia de desenvolvimento do país e nas estratégias alinhadas com a União Europeia, a perspetiva de requalificação da rede viária, cujo processo de contratação pública referiu estar em desenvolvimento mas cuja expressão financeira, atendendo ao *timing* de execução, será no próximo orçamento, o museu Carlos Reis, uma sugestão que afirmou ter sido apresentada pelo Senhor Vereador representante do partido social democrata, para o qual disse haver uma candidatura apresentada e ser um objetivo "*que queremos mesmo concretizar*" e, "*para não falar só em questões materiais*" referiu o novo prémio literário, na área da cultura. Destacou ainda um novo projeto sobre o qual município tem vindo a trabalhador, mas que apenas a partir, previsivelmente, do primeiro trimestre do ano se vai dar mais expressão, que é "*um projeto que não é de geração espontânea, que não tem logo visibilidade*", que está associado a uma temática muito na ordem do dia, da transição digital, e que concorre para a perspetiva de desenvolvimento do concelho por tudo aquilo que lhe está subjacente e pelos objetivos que se pretendem atingir, até na perspetiva de atração de pessoas, que é projeto de recuperação e desenvolvimento de uma aldeia da Serra da Lousã, a Silveira. O Senhor Presidente referiu poder elencar muitos outros projetos, mas que não ia estar a ser mais exaustivo, mas que todos os que tinha referido, a acrescer a outros previstos, significam um universo de exigência de meios financeiros bastante significativos. O Senhor Presidente referiu ainda ser necessário ter em conta que "*temos várias rubricas, dispersas por diversas áreas que estão relacionadas com respostas à situação de pandemia e ao COVID e que temos uma rubrica própria para responder às questões COVID*", que o Senhor Vereador Victor Carvalho poderia sempre dizer que "*é pouca a dotação*", mas que pode garantir a possibilidade de fazer reafectação de verbas em função de outras situações, para

poder ampliar ou complementar as respostas que já estão em funcionamento, e outras que tenham que ser implementadas. Sobre as receitas próprias o Senhor Presidente informou o Senhor Vereador Victor Carvalho que, sobre os impostos diretos e o IRS, "*é um facto que as fontes que referiu têm, em termos gerais, a expressão que disse*", mas que é certo também que "*os valores que temos apurados, até ao momento, se continuarem com esta trajetória, teremos uma arrecadação em dois mil e vinte, inferior a dois mil e dezanove, no seu conjunto, sendo que o IMI reduz com algum significado relativamente a dois mil e dezanove*", e que será importante confirmar esta eventual quebra, ainda que, expectavelmente, não será expressiva. Acrescentou que, no que concerne ao cálculo da participação nos impostos do Estado, a Lei das Finanças Locais funciona com base nas receitas do ano n-2, e se, o próximo ano até será positivo comparativamente com o ano anterior, em dois mil e vinte e dois a realidade não será essa e será mais penalizadora para o município da Lousã. O Senhor Presidente acrescentou ainda haver um outro dado que seria interessante analisar relativamente às receitas, que se prende com o peso na participação nos impostos do Estado que cabe ao Município da Lousã, quando comparado com outros municípios, nomeadamente na realidade envolvente e no âmbito da região de Coimbra, e que "*tem um peso bastante diferente em cada um dos municípios*". Como última nota, o Senhor Presidente referiu que, relativamente ao orçamento, mais de trinta e dois por cento (cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil euros) são, *stricto senso*, declaradamente de investimento, naquilo que diz respeito à componente tangível, à questão de capital, à obra, que normalmente é mais definido como investimento e com a questão de componente de capital e que eram que estavam naqueles trinta e dois por cento, mas que se fossem tidos em conta um conjunto de outros projetos e ações desenvolvidas, nomeadamente na questão social, esta percentagem seria claramente superior, mas que tecnicamente não é assim classificado. O Senhor Presidente da Câmara deu ainda nota de que, conforme estava estipulado, o Conselho Municipal para a Juventude tinha dado parecer positivo à proposta de orçamento para dois mil e vinte e um do município da Lousã. ----------

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** retomou a palavra para referir duas ou três situações que disse pensar não terem ficado bem esclarecidas. Disse que o facto de ter dito que concorda com a grande parte do que está inscrito no orçamento e depois vir defender uma baixa de impostos, não significa uma dualidade de critérios ou uma dualidade de visão ou que seja este apenas o papel da oposição. Disse ter analisado com calma e que, de repente, vê duas rubricas em que conseguiriam colmatar algum diferencial no IMI: a redução de custos com pessoal e o aumento da cobrança de impostos diretos. Entende que dois mil e vinte e um vai ser um ano "*de grande aperto para grande parte das famílias e empresas, devíamos dar esse sinal de apoio, de estar com eles*". O Senhor Vereador disse que também compreende se o Senhor Presidente disser, "*mas eu prefiro ter o dinheiro do meu lado e vou apoia-los de outra forma*", mas que a seu ver o sinal que tinha solicitado era "*mais direto*". O Senhor Vereador disse ainda ver com agrado a análise e reformulação da política fiscal no concelho e que entende que, para o ano, a autarquia não consiga viver com o mesmo dinheiro decorrente da redução do IMI que poderia rondar os duzentos e cinquenta mil euros, mas que esta perda seria perfeitamente compensada com a redução das despesas com pessoal e com o aumento da cobrança de impostos diretos. O Senhor Vereador referiu entender que o Senhor Presidente refira a questão das transferências do estado para os municípios vizinhos, mas que nem sequer estava a comparar taxas de IMI com os municípios vizinhos, que estava apenas a propor que as mesmas sejam revistas, mas que registava com agrado a intenção da análise. O Senhor Vereador disse não querer que ficasse no ar que "*eu quero fazer obra, mas não quero cobrar impostos. Eu quero cobrar impostos e até talvez alguns possam ser mais elevados que outros, para compensar algumas descidas dos tais outros*". -

O **Senhor Presidente da Câmara** prosseguiu dizendo que relativamente ao "*sinal*" ele pode ser dado, mas a repercussão e o significado no orçamento familiar não teria o mesmo efeito que outras medidas que a Câmara já tomou, pode vir a tomar e está a ponderar vir a tomar, e que algumas delas serão apresentadas oportunamente, e que, eventualmente, até irá reconhecer que poderão ter um efeito superior a essa diminuição serão oportunamente algumas que está a ponderar e que oportunamente lhe podiam apresentar e que, eventualmente, até

iria reconhecer que poderão ter um efeito superior a essa "*diminuição simbólica*". O Senhor Presidente referiu ainda que uma diminuição "*mais expressiva*" não é possível neste momento, atendendo ao que já afirmou anteriormente, e dado que os "*números são evidências do que está inscrito em orçamento*". Acrescentou que, de forma séria e rigorosa, e salvaguardando o equilíbrio financeiro da autarquia, não é possível abdicar de duzentos e sessenta ou duzentos e setenta mil euros de IMI e responder da mesma forma às situações, dando enfoque a várias projetos e rubricas que têm valores inscritos e que decorrem de compromissos assumidos no âmbito de fundos comunitários, de acordos já estabelecidos e de candidaturas aprovadas, que têm uma parte de autofinanciamento. O Senhor Presidente afirmou que "*a esse nível, sendo rigorosos, a obra tem que ser sempre feita*", apesar de não ser característica do executivo, "*andar em ano de eleições a fazer grandes obras*" e que, "*eventualmente, se só pensássemos nas eleições, tínhamos reduzido os impostos e que em outubro ou novembro de dois mil e vinte e um, quem cá estiver, que faça as contas*". O Senhor Presidente referiu já ter afirmado na reunião anterior, aquando da discussão dos impostos, "*não ser essa a postura e que haja o que houver nas eleições de outubro de dois mil e vinte e um, vai haver um novo executivo*" e entende que tem a obrigação de entregar as "*coisas*" de *forma* correta, e que, se houvesse uma intenção meramente eleitoralista, "*se calhar a nossa postura tinha sido essa*" e não se olharia tanto à perspetiva de médio/longo prazos, ao equilíbrio da gestão e aos compromissos já assumidos. Relativamente à compensação com despesas de pessoal o Senhor Presidente referiu terem surgido algumas despesas extraordinárias, em função das necessidades dos serviços, designadamente de adaptação e transição, mas que, "*não fossem as atualizações, as progressões na carreira e os descongelamentos, a despesa com pessoal do município não teria tido aumento,* e *que, se formos a ver a trajetória e o peso que esta despesa tem tido nas componentes da receita total e da receita corrente, pode-se melhor, mas que, para um município da nossa dimensão, o nosso rácio de trabalhadores até não é dos piores*" e que "*há concelhos mais pequenas com uma expressão de trabalhadores bastante maior*". -

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interveio novamente para dizer não estar a questionar se tinha muitos ou se tinhas poucos trabalhadores, se paga muito ou se

paga pouco, apenas pretendeu dizer que os custos com pessoal, para o ano de dois mil e vinte e um, vão diminuir em cerca de cento e cinco mil euros, muito provavelmente por força da passagem de alguns trabalhadores para a APIN e que, "*face ao que estava orçamentado, estava a tentar encontrar os tais duzentos e cinquenta mil euros*". ----------

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que estava previsto o reforço de pessoal em algumas áreas, nomeadamente na educação, no sentido de responder a situações próprias e outras que a pandemia trouxe. O Senhor Presidente informou também que "*nós poupamos, relativamente ao que estava orçamentado, dotado para este ano, em várias rubricas, designadamente feiras e eventos, cerca de duzentos e vinte e cinco mil euros*" e "*temos um gasto, a trinta de outubro, com despesas associadas ao COVID de seiscentos e trinta e nove mil euros, que inclui a despesa com o tarifário de água bonificado, mas não contabilizando ainda a componente dos apoios financeiros concedidos a título extraordinário, que apenas foram atribuídos em função da contingência da pandemia*". O Senhor Presidente referiu ainda que "*para este ano, o que vai ser gasto em eventos está praticamente relacionado com o apoio ao tecido empresarial, nomeadamente ao comércio, com a iluminação e a sonorização de Natal e apoio à associação empresarial para aquisição do prémio do sorteio de natal*". ----------

O **Senhor Vereador Rui Lopes** retomou a palavra para dizer que havia um aspeto que gostaria de deixar claro, e referiu que "*lidamos com uma população educada, informada, culta, mas também temos uma percentagem da população a quem os números, sem exemplos, não dizem nada de especial, e há uma conta, chamada de merceeiro, que é muito fácil de fazer e justifica grande parte das opções tomadas*". O Senhor Vereador Rui Lopes referiu ter a certeza de que todos o lousanenses "*ficavam contentes de saber que tinham contribuído para isso*" e que o investimento que o Município realizou para continuar e reforçar a atribuição de alimentação durante o período em que os alunos estiveram em casa, por força da medida de encerramento das escolas, com entregas ao domicílio, com reforço de cabazes, com "*tudo o que fizemos, extrapolando as nossas responsabilidades, mas conscientes de que respondemos àquilo que é o nosso dever cívico de estar na sociedade*" e que só isso supera qualquer redução que qualquer lousanense tenha

nos impostos. O Senhor Vereador afirmou que *"esta conta de merceeiro serve bem para mostrar às pessoas e para exemplificar bem onde é que o dinheiro das pessoas possa ser investido e onde é que o dinheiro é canalizado"*. ----------

A Câmara Municipal deliberou, por votação nominal e por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Victor Carvalho, nos termos da al. c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento para o ano dois mil e vinte e um e submeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação. Mais foi deliberado aprovar a proposta em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 1 (um)). ----------

1.1.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. ----------

O Senhor Presidente informou que a alteração tinha a ver com a identificação mais adaptada das tarefas e funções dos serviços relativamente ao enquadramento organizativo e as funções concretamente desempenhadas pelos serviços dentro da estrutura. ----------

A Câmara Municipal deliberou por votação nominal e por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Victor Carvalho, nos termos da al. a) do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e al k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 2 (dois)). ----------

1.1.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação do Mapa de pessoal/Ano de 2021. ----------

A Câmara Municipal deliberou, por votação nominal e por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Victor Carvalho, nos termos da al. ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de mapa de pessoal dos serviços municipais para o ano dois mil e vinte e um e submeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação. Mais foi deliberado aprovar a proposta em minuta. Documento que se dá

por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 3 (três)). ----------

1.1.4 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º grau do Município da Lousã.

O **Senhor Presidente** informou que a proposta decorria da atual estrutura orgânica e do trabalho de definição de algumas situações decorrentes da estrutura em vigor. ----------

A Câmara Municipal deliberou por votação nominal e por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Victor Carvalho, aprovar a proposta de Regulamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º grau do Município da Lousã e remeter à apreciação e votação Assembleia Municipal. Mais foi deliberado aprovar a proposta em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 4 (quatro)). ----------

1.1.5 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã. -------

O Senhor Presidente esclareceu que a presente proposta em conjunto com a proposta do ponto seguinte (relativa à concessão de incentivos ao investimento) constituem "*as duas principais novidades*". Referiu que existia um objetivo da Câmara, há já algum tempo, de criar um regulamento que enquadrasse a atribuição de benefícios fiscais no município da Lousã, e que, por tal não existir, no ano anterior, no tocante à derrama, não pôde ser deliberada a isenção para empresas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros. Continuou referindo que, dentro da estratégia do município, outro dos objetivos passa também pela captação, pelo apoio ao investimento e pelo acompanhamento da atividade empresarial, havendo também aqui necessidade da criação de um regulamento que enquadre legalmente o incentivo ao investimento por parte do município, e que só foi possível concretizar neste período. O Senhor Presidente reiterou que os pontos 1.1.5 e 1.1.6 são as novidades, sendo que os outros dois pontos (1.1.7 e 1.1.8) constituem alterações decorrem da adaptação, da interação e da conjugação que tem que existir com estes dois novos regulamentos. --------

A Câmara Municipal deliberou por votação nominal e por unanimidade, nos termos dos artigos 15.º e 16.º, n.º 2 do Regime Financeiro das Autarquias Locais, em

conjugação com a al. k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município da Lousã e submeter à apreciação da Assembleia Municipal. Mais foi deliberado aprovar a proposta em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 5 (cinco)). ----------

1.1.6 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã.

A Câmara Municipal deliberou por votação nominal e por unanimidade, nos termos dos artigos 15.º e 16.º, n.º 2 do Regime Financeiro das Autarquias Locais, em conjugação com a al. k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de de Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã e submeter à apreciação da Assembleia Municipal. Mais foi deliberado aprovar a proposta em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 6 (seis)). ----------

1.1.7 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas. ----------

A Câmara Municipal deliberou por votação nominal e por unanimidade, nos termos previstos no artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de setembro, em conjugação com a al. k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas e remeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Mais foi deliberado aprovar a proposta em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 7 (sete)). ----------

1.1.8 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da Alteração ao Regulamento das Taxas e Preços Municipais. ----------

A Câmara Municipal deliberou por votação nominal e por unanimidade aprovar, nos termos previstos no artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais,

aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de setembro, em conjugação com a al. k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a proposta de alteração ao Regulamento Municipal das Taxas e Preços Municipais e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. Mais foi deliberado aprovar a proposta em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 8 (oito)). ----------

1.2 - Bombeiros Municipais da Lousã: ----------

1.2.1 - A remeterem o mapa das despesas mensais comparticipadas por dispositivo referente ao mês de outubro de 2020 - Para ratificação. ----------

A Câmara Municipal deliberou por votação nominal e por unanimidade ratificar. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 9 (nove)). ----------

1.2.2 - A remeterem o mapa da Equipa de Combate a Incêndios referente ao mês de outubro de 2020 - Para ratificação. ----------

A Câmara Municipal deliberou por votação nominal e por unanimidade ratificar. Documento que se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas (Doc. n.º 10 (dez)). ----------

---

Nada mais havendo a tratar, às dezoito e trinta horas o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e pela Chefe da Divisão Financeira (em regime de substituição), Sara Sofia Correia Mendes, na qualidade de Secretária. ----------

---

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,